

BORDIEU, Pierre (Ed.), MICELI, Sérgio (Org.). *Liber 1*. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros e Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp, 1997.

*João Alberto da Costa Pinto\**

Sérgio Miceli e Pierre Bourdieu organizaram para o público brasileiro, em forma de livro, uma coletânea de artigos publicados na revista trimestral *Liber*. Revista fundada em março de 1990 por Bourdieu com edição simultânea na França, Alemanha e Itália e, logo a seguir, editada também em búlgaro, em húngaro, em sueco, em romeno, em grego, em norueguês e em turco.

Surgida num contexto em que as instituições do velho mundo socialista desmoronavam, a *Liber* tem como premissa plasmar pela Europa formas de expressão intelectual diversificadas e polêmicas assentadas no debate de grandes questões, como a questão nacional, assim como temas referentes à literatura contemporânea, ao pensamento historiográfico e à indústria cultural.

Seu projeto editorial firma-se numa posição de autonomia diante da grande imprensa e do *establishment* cultural nos países em que circula. Postula um “internacionalismo realista”, propondo aos seus leitores “desarraigá-los de seus universos nacionais” para criar-se uma espécie de “intelectual coletivo” (Bourdieu, p. 200). Sem dúvida alguma, trata-se de um grande empreendimento intelectual que ressalta, na cena política dos anos noventa na Europa, a importância da crítica cultural independente. E é em boa hora que aparece também no Brasil, ainda que numa versão que seleciona alguns dos principais artigos publicados no período de 1991 a 1996.

---

\* Professor do Departamento de História - UFG. Doutorando em História pela PUC/SP.

Pela proposta da Edusp, parece-nos que este é o primeiro volume de vários que devem aparecer no Brasil. Esperamos que a iniciativa mantenha-se, já que o conteúdo dos textos selecionados para esta edição é de grande relevância para o nosso debate intelectual. Pelas questões apresentadas, os artigos transcendem em muito o interesse apenas do universo acadêmico. E constatando a expectativa que pode advir do debate que os artigos expressam, esperamos que, nas edições dos próximos volumes, a tiragem ultrapasse os atuais ridículos mil exemplares.

*Liber 1* contém vinte e oito artigos e quatro entrevistas (com Habermas, Georges Duby, E.P.Thompson e Gerry Adams). Os trinta e dois textos estão divididos em três blocos temáticos: I) Impasses da “Questão Nacional”; II) Mestres do Pensamento; III) Arte, Literatura e Indústria Cultural. Estes blocos não são estanques entre si, muitas das questões apresentadas em um, aparecem também nos outros.

A Alemanha após a sua reunificação é tema de vários artigos. Habermas em duas intervenções problematiza aspectos notadamente conservadores e arbitrários no processo de edificação da nova Alemanha. Um deles é o recuo dos intelectuais diante do espaço público, o que externa uma situação de grave perda, para os trabalhadores alemães, de conquistas trabalhistas adquiridas há mais de um século pela social-democracia. Sobre essa questão, em específico, estão também mobilizados os argumentos de Ursula e Wolfgang Apitzsch no artigo “A falência dos intelectuais” (p. 219-231). Para Habermas, contudo, o grande aspecto a considerar sobre a questão dos intelectuais diante dos impasses da “nova” questão nacional, imposta pelos anos noventa, é a continuidade, no seio da inteligência alemã, de uma forte tradição conservadora, de uma “nova” direita, nacionalista, sustentada pelas obras de Carl Schmitt e Martin Heidegger. Estes dois pensadores, de passado publicamente nazista, são objeto de muitos estudos, que marcam um *revival* nacionalista de direita, substantivadores do ideário dos novos porta-vozes do Reich. Observa Habermas que Carl Schmitt, desde o pós-guerra (1945), sempre foi, crescentemente, uma influência na política partidária alemã e que mesmo o CDU – partido de centro, do chanceler H. Kohl, nos anos noventa – porta em seu ideário premissas de Schmitt. O que mais inquieta Habermas é que Schmitt nunca escondeu seu passado nazista e este, mesmo fora da universidade, sempre foi

adulado por intelectuais que se encarregavam de externar as razões intelectuais de sua obra.

O artigo dos Apitzsch toca fundo numa questão seriíssima para a Alemanha: as ilusões dos intelectuais de esquerda, sua eufórica associação com os sindicatos antes da unificação e, depois, a sua incapacidade para verbalizar os impasses da unificação, nos problemas gerados pela privatização das empresas estatais da ex-RDA; o crescente processo de dessindicalização dos trabalhadores; e, principalmente, a barbárie social imposta pelo aviltamento dos salários e desemprego crônico. No mesmo artigo, constata-se também o papel conservador e, diríamos, reacionário, do Partido Verde, que historicamente sempre esteve posicionado contra os sindicatos e hoje, em capitais como Frankfurt, assume posições econômicas francamente liberais. No mesmo tom estão também os argumentos de Birgit Müller no seu artigo “Da ‘loucura do mercado’ ao fim das ilusões” (p. 51-55). A antropóloga alemã, em estudo sobre as fábricas da ex-Alemanha Oriental, constata como, no seu massivo processo de privatização, as estruturas de comando do socialismo permaneceram como quadros dirigentes. O resultado dessa situação foi o descrédito total dos trabalhadores que agora também se defrontam com a lógica do mercado, numa situação provocadora, como conclui a autora, de uma total desreferencialização de suas identidades.

Com os exemplos apresentados vê-se que o propósito da revista é o de justamente apresentar uma forma de discussão que não é habitual na grande imprensa. Resgata, portanto, uma tradição de crítica de esquerda há muito ausente nos desvãos da lógica da globalização do capitalismo, processo de oligarquização do capital e de impiedosa segregação social. A Alemanha, tal como nos é apresentada nos artigos, espelha bem essa situação.

Com problemas diferenciados dos enfrentados pela Alemanha, mas dentro de impasses graves no que tange à questão nacional, a Escócia e a Irlanda são também objeto de uma série de artigos. Evidentemente que, nesta situação, a questão nacional é um problema diretamente associado à política “imperial” da Inglaterra.

Tom Nairn, autor do já clássico *The break-up of Britain* (1977), trabalho que mobilizou grande debate com Hobsbawm, sobre a questão do socialismo e do nacionalismo, apresenta num artigo – “A sociedade civil: um mito escocês” (p. 63-8) – interessantes considerações sobre a

tradição nacional escocesa que se edifica como ideário político sistematizado e contraditório desde o século XVIII. Existe uma nacionalidade estabelecida, mas sem um Estado como centro, porque se consolidou, desde as perspectivas de Adam Ferguson e depois com Adam Smith, uma forte definição de sociedade civil. A sociedade civil, que desde 1707 renunciou a um Estado independente, desenvolveu-se de modo ilimitado no controle de suas instituições, fato que gerou, no entanto, uma “maldição eterna” (p. 67): uma sociedade civil intelectualmente desnacionalizada, burocratizada e pragmática. Nos dizeres de Nairn, edificou-se uma Glasgow kafkiana. Complementa afirmando que é de fato nessa questão, que se deve procurar a essência da identidade nacional contemporânea da Escócia.

A Irlanda no contexto do antigo império da Grã-Bretanha é que apresenta de modo mais acentuado o seu problema nacional. Nas páginas da grande imprensa, observamos sempre essa questão, principalmente quando da ação militar das forças republicanas. Gerry Adams (presidente do Partido Republicano – Sinn Fein) acrescenta (p. 107-116), contudo, que o partido procura desenvolver uma forte política cultural no sentido de promover a verdadeira língua irlandesa – o gaélico. Esse nacionalismo lingüístico não tem implicações xenófobas, a não ser marcar culturalmente o nacionalismo irlandês frente ao imperialismo britânico.

Se nos restringirmos apenas a um aspecto formal, as informações acima já justificam a revista, porque se externam questões de pouca dimensão pública no cenário político internacional, já que permanecem dentro de suas especificidades nacionais, mas, ao serem assim abordadas, relevam-se como questões universais para a nossa contemporaneidade.

Sobre os caminhos do recente debate historiográfico, esta seleção de artigos pontua aspectos muito interessantes, particularmente aqueles dedicados a Georges Duby e a Eduard Palmer Thompson.

Enrico Artifoni (p. 139-144) comenta um dos últimos trabalhos de Duby, o livro *A história continua* (1991). Avaliando a trajetória de Duby, Artifoni afirma que a questão central que organiza toda a obra do historiador francês é a relação entre história, linguagem e sociedade – termos que Duby, em entrevista ao mesmo Artifoni, confirma logo a seguir. Ressalve-se que a questão da linguagem para Duby está dada como referencial que procura captar a “consciência tomada” num determinado contexto de um determinado grupo de pessoas, isto é,

reconstituir a idéia que os homens, num determinado período, tinham sobre sua posição no mundo.

Huw Beynon, no seu texto “E. P. Thompson e o socialismo humanista” (p. 157-162), define Thompson como um exemplo concreto de “intelectual público” na acepção do termo proposta por Russel Jacoby. Após um breve excursão biográfico, fica-nos a imagem do historiador combativo, do polemista implacável, cuja severidade era contundente, mesmo diante dos trabalhos dos amigos caso não estivesse de acordo com as idéias apresentadas. Daí o fato evidente de sua carreira ter-se definido por um certo desprezo pela universidade. Entende-se bem a obviedade do motivo.

Ainda sobre o atual debate historiográfico, temos o artigo de Maria Luisa Pesante, professora da Universidade de Turim, que tenta apresentar “um desafio para os historiadores” (p. 151-156), em torno da questão da linguagem. Considerando as obras de H. White, de Koselleck e, com especial ressalva, de John Pocock, a autora sustenta a inviabilidade de se estar argumentando, ainda, dentro de uma interpretação genética, com a idéia de que o passado, teleologicamente, explica o presente. A autora afirma que a linguagem na sua expressão social histórica tem uma estrutura de permanência que inviabiliza a idéia de um presente nascido do passado. Para ela, “o passado permanece no presente porque as conseqüências iniciadas por um ato discursivo são permanentes” (p. 156). É aceitável que tal ilação possa se sustentar, mas pretender daí que isso se sustente como um desafio universal para os historiadores é, no mínimo, uma questão de difícil solução epistemológica.

Outros artigos propõem a atual dimensão do debate intelectual em temas que expressam as atitudes do conhecimento sobre novas esferas sociais, como a ação do movimento *gay* ou as espertezas mercadológicas de uma literatura “de saguão de aeroporto” – caso dos trabalhos de Umberto Eco – ou, ainda, as esnobices de intelectuais na França, reunidos em colóquios ‘deliciosos’, discutindo obtusamente os caminhos da crítica literária pós-estruturalista.

Em suma, esta publicação externa bem o sentido orgânico, o sentido político, necessários a um periódico que tenta romper, primeiro, com as limitações das revistas acadêmicas – cada vez mais especializadas e lidas apenas por aqueles que as escrevem – e, segundo, com a

inoperância dos intelectuais em se manifestarem publicamente. *Liber* propõe, portanto, como alternativa transformadora a tudo isso, a constituição de um “verdadeiro intelectual coletivo transdisciplinar e internacional” (Bourdieu, p. 204). Que tal premissa se torne um manifesto contra os nossos tempos de cega pós-modernidade.